

Embates acerca do ensino nas escolas elementares paulistanas nos anos iniciais do século XX

Eliane Mimesse Prado

Universidade de Caxias do Sul. Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação. Pós-Doutora em Educação pela FEUSP, Doutora em Educação pela PUC/SP.

Resumo

Esse estudo analisa o ensino a partir do cotidiano escolar das crianças de origem peninsular moradoras em alguns dos bairros operários da cidade de São Paulo. Objetiva-se entender como se constituía o dia a dia das crianças, que frequentavam as escolas elementares isoladas públicas ou privadas subsidiadas pelo governo italiano. Pretende-se averiguar como ocorria o ensino do idioma, sendo que as escolas elementares públicas e as privadas italianas deveriam alfabetizar os alunos na língua portuguesa. O conflito que se estabeleceu nesse momento era em função da diversidade das regiões de origem dos peninsulares e, dos seus respectivos idiomas. As escolas subsidiadas italianas preconizavam que o ensino da língua italiana e da portuguesa ocorresse de modo simultâneo, fato nem sempre confirmado. Em decorrência da origem étnica dos professores do idioma. As fontes usadas nessa pesquisa são compostas por artigos escritos em língua italiana, existentes em alguns dos periódicos que circulavam na cidade; relatórios dos inspetores escolares que visitavam as escolas elementares da capital, entre outros documentos existentes no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Alguns dos autores que embasaram essa pesquisa foram Trento (2002), Pereira (2010), Cruz (2013) por descrevem o cotidiano da cidade paulistana; autores italianos como Civra (2002) e Salvetti (2002) quando abordaram a situação das escolas italianas criadas no exterior; entre outros. Pode-se concluir até o momento, que as crianças que frequentavam as escolas elementares nesses bairros estudados aprendiam a língua portuguesa ou a italiana; apesar de todas as diversidades que enfrentavam.

Palavras-chave escolas elementares, imigrantes italianos, história da educação.

Abstract

This study analyzes education through the everyday school life of children of Italian origin that lived in some of São Paulo's working-class neighborhoods. It aims to understand the daily lives of children who attended isolated public elementary schools or private elementary schools subsidized by the Italian government. We intend to investigate how the language teaching took place, taking into account that the

public and italian private elementary schools were meant to make students literate in portuguese. The conflict created at this point was due to the range of places in the Italian Peninsula where the Italians came from, and their respective languages. The subsidized Italian schools advocated that the teaching of italian and portuguese should happen simultaneously, which did not always happen due to the language teachers' ethnic origins. The sources used in the present research consist of news articles written in italian, found in some newspapers that circulated around the city, as well as reports from school inspectors who visited the elementary schools in the capital city, among other documents in the collections of the Public Archive of the State of São Paulo. Among the authors who formed the basis for this research are Trento (2002), Pereira (2010), Cruz (2013), due to their daily life description of the city of São Paulo; and Italian authors such as Civra (2002) and Salvetti (2002), when addressing the situation of italian schools built overseas; among others. Up to the moment, it is possible to reach the conclusion that those children who attended elementary schools in the neighborhoods encompassed by the study would learn portuguese or italian despite all the diversities they encountered.

Keywords elementary schools; italian immigrants; history of education.

Introdução

A cidade paulistana no início do século XX era habitada em grande parte por estrangeiros, que em sua maioria eram procedentes da península itálica.¹ A cidade cresceu demasiadamente nos anos finais do século XIX e iniciais do XX, nessa época a população da cidade era composta por 55% de imigrantes e 11% de negros e mulatos.²

Os procedimentos metodológicos utilizados na composição desta pesquisa embasaram-se na análise de documentos, legislação e de periódicos. As fontes que compuseram esse estudo são amplas, principalmente os documentos que trataram da situação do ensino no período estudado. Alguns desses documentos estão alocados no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. O uso dos relatórios dos inspetores escolares contidos nos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e das matérias nos periódicos justificam-se como fontes para a discussão deste objeto de estudo. Existe a necessidade da revisão no uso de fontes de pesquisa e de analisá-las com outros parâmetros, porque “não há trabalho que não tenha que utilizar de outra maneira os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento de arquivos definidos, até agora para determinado uso”.³

Somente na cidade de São Paulo a população era por volta de 28 mil habitantes no ano de 1874, passou para cerca de 240 mil em 1900 e, atingiu o total de 477.992 em 1914⁴. O crescimento da população justificou-se pelo amplo número de pessoas que se dirigiram para o novo centro comercial e industrial. Com a expansão e a importância na produção e

1 São vários os estudos sobre a imigração em São Paulo: Alves (2001); Colucci e Sanfilippo (2010); Fausto (1991); Ferlini e Fillipini (1992); Franzina (1979); Gonçalves (2014); Hall (2010); Hutter (1986); Lanna (2012); Matos (2013); Martins (2008); Stolcke (1986); entre outros.

2 CRUZ, H. de F. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

3 CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. 2. ed. Trad. Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.82.

4 PEREIRA, R. M. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

exportação de café, a cidade se tornou um polo de convergência aos interesses dos mais diversos, esboçou-se o quadro do que ocorria na cidade naquele momento.

A capital do estado de São Paulo acabou impondo-se como centro político-administrativo, passando progressivamente a exercer a primazia no campo econômico, estabelecendo ligações eficientes pela concentração de negócios, de capital financeiro, comercial e industrial. Esse crescimento e diversificação econômica foram acompanhados de uma progressiva expansão espacial e demográfica da cidade, impulsionada pelo complexo exportador cafeeiro, num período que se estendeu de 1870 até a década de 1920, quando, efetivamente, começou a esboçar os contornos de metrópole.⁵

Além disso, a cidade de São Paulo se inseriu em um contexto singular, transformou-se, “durante o século XX, na metrópole com o maior número de descendentes de italianos no mundo, caracterizando-se, no início de sua expansão, como a cidade industrial do Brasil, na qual a componente italiana era majoritária em todos os setores de trabalho”⁶. E, desta forma, as vagas nas escolas públicas eram criadas com vagar, enquanto a população estrangeira crescia e novas escolas subsidiadas pelo governo italiano eram abertas nos bairros operários⁷.

A frequência escolar e a alfabetização foram se tornando a cada dia mais necessárias. A divulgação da palavra impressa vai demandar seu conhecimento, porque foram criados “[...] novos espaços da vida urbana, a escrita, e a palavra impressa, estabeleceram novas articulações na vida cotidiana da cidade, [...] a escrita desce do pedestal e começa a invadir a vida cotidiana da cidade”⁸. Era necessário aos estrangeiros de qualquer etnia, um conhecimento mínimo do idioma falado no Brasil, para contribuir com o escoamento de sua

5 Idem, *ibidem*, p. 20.

6 BIONDI, L. “Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico”. In: CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, F. & FRANZINA, E. (Org.s) *História do trabalho e História da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010. p. 24.

7 Alguns estudos tratam da temática da escolarização dos imigrantes italianos, nas regiões sul e sudeste do Brasil: CORRÊA, Rosa L. (2000); MIMESSE, Eliane (2013); LUCHESE, Terciane A. e KREUTZ, Lúcio (2011) e (2012); LUCHESE, Terciane A. (2011) e (2014); MASCHIO, Elaine C. F. (2014); QUADROS, Claudemir (2014).

8 CRUZ, H. de F. *São Paulo em papel e tinta.... op. cit.*, p. 48.

pequena produção agrícola ou industrial que estava localizada no entorno da capital, e para ajudá-los a inserirem-se no mercado de trabalho. A aprendizagem do idioma nacional tornava-se cada vez mais necessária ao morador estrangeiro.

As escolas elementares públicas paulistanas e privadas subsidiadas pelo governo italiano

A organização dos estabelecimentos de ensino públicos na cidade de São Paulo permanecia precária e difusa, mesmo no início do novo século, foi necessário um prenúncio com o aumento desmesurado da população da cidade para que novas medidas fossem debatidas e, paulatinamente, institucionalizadas. Somente os *Grupos Escolares* poderiam ser excluídos dos comentários sobre a omissão com o ensino primário.

Os diretores e inspetores utilizavam em seus discursos, como parâmetro de comparação os *Grupos Escolares*, que existiam na Capital e em algumas cidades do interior do Estado de São Paulo, desde o século XIX⁹. Os *Grupos* eram elogiados por apresentarem uma divisão clara nos horários, os professores tinham apenas uma turma e todos com o mesmo grau de adiantamento, além de receberem utensílios necessários ao ensino de todos os aprendizes, contavam ainda com a figura de um Diretor, que zelava pela magnitude do estabelecimento.

Em tempo, as escolas públicas estaduais na cidade paulistana nos anos iniciais do século XX, eram formadas por: *Escolas Isoladas* femininas, masculinas e mistas, que continham uma única sala de aula, agregavam alunos de idades e níveis de aprendizagens diferentes; *Escolas Reunidas* que uniam algumas escolas isoladas em um mesmo espaço físico e *Grupos Escolares* que contavam com vários professores e salas organizadas segundo a idade e a série, localizados em edifício único.

9 Cf. SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996 e SOUZA, R. F. de. *Alicerces da Pátria: escola primária e cultura escolar no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

O governo do Estado¹⁰, tinha a pretensão de unir as *Escolas Isoladas* em um mesmo espaço físico, passando a denominá-las de *Escolas Reunidas*, para após a efetivação desta reorganização, alçá-las à categoria dos *Grupos Escolares*.

Não sendo possível abolir completamente este typo de escola, elle vae sendo supprimido aos poucos, pelos grandes inconvenientes que apresentar, nas cidades e villas, conservando-se apenas nos bairros e districtos de paz mais afastados dos centros populosos. Onde haja um núcleo de escolas isoladas são ellas reunidas com feição de grupos escolares em miniatura e confiadas á direcção de um professor¹¹.

As *Escolas Isoladas* eram normalmente pauta dos debates dos inspetores escolares, em função da precariedade de seus espaços físicos destinados às crianças, era – na maioria das vezes – indevido, por ocupar um cômodo qualquer ou uma das salas de uma residência de família, neste caso comumente, a família do professor. A inexistência de móveis destinados especialmente às estas escolas era corriqueiro. Usavam-se bancos, caixotes de madeira, mesas improvisadas e cadeiras dos mais diversos tipos, muitas vezes cedidos pelos pais dos alunos. Uma pesquisa com escolas isoladas, femininas e masculinas, criadas em um núcleo colonial italiano, no final do século XIX nos arredores da capital paulistana, pode ilustrar este acontecimento¹².

Os três tipos de escolas elementares existentes na cidade formavam os alunos no curso primário, que tinha a duração de quatro anos nos *Grupos Escolares* e nas *Escolas Reunidas*. Nas *Escolas Isoladas* o curso tinha a duração de três anos, aceitava alunos entre os 5 e os 12 anos¹³. Apesar de a matrícula dos alunos – legalmente – devesse ocorrer somente quando a criança tivesse sete anos de idade. Essas três modalidades de escolas mantinham seu funcionamento em horário integral, das 11h às 16h.

10 Cf. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo Oscar Thompson, In: SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira & C.,1909.

11 SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo...op cit*, p. 25.

12 MIMESSE, E. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.

13 Idem, *ibidem*.

Especificamente, com relação ao horário de funcionamento das escolas primárias, apesar de a cidade estar em pleno crescimento urbano, considera-se a hipótese da inexistência de iluminação pública suficiente nas ruas destes bairros. Ou mesmo a iluminação a lampião dentro das residências e dos edifícios em que abrigavam essas escolas, para que pudessem funcionar em horários alternativos ou em horários diferentes dos estabelecidos. Como foi verificado na documentação, o gasto com o querosene dos lampiões, usados nas escolas noturnas era cobrado dos cofres públicos em requerimentos enviados pelos professores ao Diretor Geral da Instrução Pública. No entanto, ainda tem-se outra hipótese, as escolas ocupavam espaços dentro das casas dos professores, o horário noturno seria o momento de descanso da família, inexistindo a possibilidade de abrigar no mesmo local a família e os alunos da escola.

Somente a partir do ano de partir do ano de 1909 passou a vigorar o desdobramento nos horários, apenas no caso dos *Grupos Escolares*. Visava-se, deste modo, a expansão na oferta de vagas, as seções masculinas funcionariam pela manhã das 8 às 12 e as femininas das “12 e meia às 4 e meia”¹⁴.

As vagas existentes nas escolas públicas não comportaram a chegada na cidade dos imigrantes, acompanhados de seus filhos em idade escolar. Uma das soluções encontradas pelas famílias imigrantes mais abastadas foi a procura por escolas particulares, que do mesmo modo não ofereciam vagas suficientes, o que deu margem à criação de escolas italianas elementares subsidiadas pelo governo italiano ou por iniciativa da coletividade.

Segundo as deliberações do *Congresso delle Società ed Altre Istituzioni Italiane nel Brasile*, a iniciativa de criação de uma escola poderia ser por obra de um:

[...] benemérito da instrução italiana e da sua difusão nesta terra, surja a Escola italiana na qual sera possivelmente anexa a um Colegio Interno, que sera complemento e aperfeiçoamento aos alunos que provieram de escolas de ensino popular, com cursos especiais para dedicarem-se ao comércio, a indústria, as artes, etc¹⁵

14 Cf. Relatório do Diretor Geral da Instrução Publicado Estado de São Paulo Oscar Thompson. SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo...op. cit.*, p. 55.

15 FANFULLA. *Il Brasile e gliitaliani*. Firenze: R. Bemporad & figlio, 1906, p. 822, *tradução nossa*.

A colônia italiana na cidade de São Paulo desferia críticas a possibilidade do desaparecimento da língua do país de origem, e demonstrava certa indignação com as famílias que enviavam seus filhos às escolas privadas brasileiras, sem levar em conta a existência de escolas italianas, como constatado nos editoriais do periódico *Avanti! giornale socialista quotidiano* do ano de 1908.

Foi com a expansão das ideias sobre a alfabetização na língua italiana, instituída como oficial após o processo de unificação política e territorial, que criou-se uma sociedade, dirigida especificamente a questão da aprendizagem dos peninsulares que vivessem fora da península itálica. Esta sociedade foi denominada *Società Dante Alighieri*, ela previa, principalmente, a criação de escolas italianas no exterior. Nesse momento, já existiam algumas escolas de caráter confessional, conduzidas por ordens religiosas italianas. Com a fundação desta *Società* no final do século XIX ocorreu uma grande expansão no número de escolas italianas nas várias localidades no exterior em que existiam colônias de peninsulares.

Com a criação da *Società*, “criou-se, o que nenhuma outra nação havia pensado em fazer - um sistema escolar estatal no exterior, sem onerar as colônias e, ainda com a possibilidade de opinar nos desígnios legais e na organização das escolas”¹⁶. A *Società* foi fundada em Roma no ano de 1889. No ano seguinte a sua fundação, foi organizado o *Primo Congresso della Società Dante Alighieri*. Nos dois artigos iniciais do programa apresentado para debate entre os participantes lia-se:

Art. 1) A *Società Dante Alighieri* propõe-se a tutelar e difundir a língua e a cultura italiana fora do Reino; Art. 2) Para alcançar seu fim, a *Società* institui e subsidia escolas, e encoraja com prêmios a frequência e o aproveitamento, coopera com a fundação de bibliotecas populares, difusão de livros e publicações, e promove conferências¹⁷

Ocorreu simultaneamente a criação da *Società Nazionale Dante Alighieri all'estero*, ainda em 1889. Com essa ação confirmou-se a inquietação, por parte do governo italiano, de

16 SALVETTI, P. *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società "Dante Alighieri"*. Roma: Bonacci, 1995, p. 16, tradução nossa.

17 Idem, ibidem, p.13, tradução nossa.

os emigrados perderem seu vínculo com o país de origem. Alguns discursos proferidos durante o evento de criação dessa *Società Nazionale*, focaram as vantagens da emigração e da possibilidade da Itália plantar suas raízes pelos vários países do mundo, mas ao mesmo tempo, existia a preocupação de esses emigrados encantarem-se pelo novo país e esquecerem-se do país de origem.

A função das escolas italianas no exterior era a de enaltecer a educação nacional e o sentimento pátrio, utilizando-se “da Língua italiana como meio de manter forte o legado entre os emigrados e a mãe pátria”¹⁸. A grande maioria comunicava-se em seu idioma regional, não tendo conhecimento pleno da língua italiana instituída, porque essa era a língua falada em uma região específica ao noroeste da península¹⁹.

[...] se revela nesse caso o problema da tradição local, ao menos por enquanto se resguarda a classe culta, a Unificação da Itália é uma aquisição tanto de seu plano histórico quanto do cultural, independentemente do fato de que, queiram os pedagogos, o povo italiano fala e compreende ainda quase somente o dialeto. Não podemos deter-nos, neste propósito, dos observadores que nesta falta de atenção na situação real dos meninos frente a escola obrigatória. É notável considerar que Gabelli, funcionário do Ministério da Instrução Pública, e também autor de uma pesquisa estatística sobre o analfabetismo na Itália. [...] poucos vão além da compreensão da língua nacional e da escrita do próprio nome²⁰

Identificou-se nessa citação a dificuldade concreta, dentro do próprio país em difundir o novo idioma oficial. Reforçando a premissa de que os emigrados da península Itálica eram, em sua maioria, analfabetos. Esse analfabetismo era em relação ao novo idioma, dados de pesquisas mais atuais²¹, apontam para a existência de escolas masculinas e femininas nas mais variadas regiões da península, de modo que a população em geral era alfabetizada,

18 SALVETTI, P. “Le scuole italiane all’ estero”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. *Storia dell’emigrazione italiana: arrivi*. Vol. 2. Roma: Donzelli, 2002, p. 535 – 549.

19 CIVRA, M. *I programmi della scuola elementare dall’Unità d’Italia al 2000*. Torino: M. Valerio, 2002.

20 Idem, *ibidem*, p. 43, tradução nossa.

21 PISERI, M. (Org.). *L’alfabeto in Montagna*. Scuola e alfabetismo nell’area alpina tra età moderna e XIX secolo. Milano: F. Angeli, 2012.

nos idiomas regionais, e em alguns casos também dominavam a gramática da língua latina. É claro que as regiões mais populosas apresentavam uma maior taxa de alfabetização, quando comparadas as regiões agrícolas. Esses dados específicos acabam por contradizer o discurso propalado pelo governo italiano e reiterado por vários autores, de que a população emigrante era, em sua grande maioria, analfabeta.

As escolas italianas na cidade de São Paulo eram muitas²², essas escolas no ano de 1908 chegavam a 85. O que se pode depreender, até o momento, é que essas escolas seguiam o programa de ensino do governo da Itália, mantinham todo o ensino em língua italiana, exatamente por essas ações estarem vinculadas ao recebimento dos subsídios.

Algumas dessas escolas mantinham o ensino da língua portuguesa, segundo o programa escolar do governo paulista em vigência, além de oferecerem curso de instrução primária elementar, cursos noturnos, aulas de exercícios ginásticos, cursos preparatórios para o ingresso no superior, cursos de trabalhos manuais, de línguas, entre outros²³. Mas, existem hipóteses a serem aqui consideradas: em nenhuma dessas escolas identificou-se o ensino de História ou de Geografia do Brasil, apesar da obrigatoriedade no ensino dessas matérias desde a Lei de 1896; foi anotada na documentação a existência de aulas de língua portuguesa, mas por quem eram ministradas essas aulas se os professores eram de origem peninsular. No *Annuario do Ensino* do ano de 1907 o inspetor escolar, Miguel Carneiro Junior, escreveu em seu relatório a respeito desta Lei e seu descumprimento cotidiano.

A Lei n. 489 de 29 de Dezembro de 1896 torna obrigatorio o ensino da lingua nacional, bem como o da geographia e da historia do Brazil, nas escolas estrangeiras. Como porém, essa lei não esta regulamentada, o inspetor escolar só póde averiguar si nessas escolas é ou não feito tal ensino²⁴

Desde a Lei de 29 de dezembro de 1896, o ensino da Língua Nacional, da História e da Geografia do Brasil tornaram-se obrigatórios nos estabelecimentos particulares de instrução primária. Essa Lei visava principalmente as escolas estrangeiras, criadas e

22 Cf. SÃO PAULO. *Annuario do Ensino do Estado de São Paulo...*op. cit.

23 Idem, *ibidem*.

24 Id., *ibid.*, 1907, p. 396.

frequentadas pela população imigrante. Mas, o que era instituído legalmente nem sempre se cumpria prontamente.

Os alunos das escolas subsidiadas italianas paulistanas

Pode-se supor que os alunos das escolas italianas eram, em sua maioria filhos de peninsulares, ou mesmo estrangeiros, que na falta de vagas nas escolas públicas, matriculavam seus filhos nas escolas privadas. As escolas subsidiadas poderiam aceitar alunos de qualquer etnia, desde que tivessem domínio da língua utilizada para o ensino das matérias. Também, deve-se levar em conta, que o governo paulista tinha dados sobre o número de alunos estrangeiros matriculados nas escolas públicas e nas privadas subsidiadas²⁵.

Neste ponto deve-se considerar o contingente populacional da cidade de São Paulo na época, o grande número de famílias que saíram das fazendas de café - pelos mais diversos motivos, no interior do Estado e se dirigiram para a capital em busca de novas possibilidades de trabalho nas indústrias e no comércio.

[...] uma evolução marcante na última década do século XIX, impulsionada especialmente pela entrada de imigrantes estrangeiros que começaram a se dirigir à capital atraídos pelas oportunidades apresentadas por um mercado de mão de obra em expansão e pela expectativa de ascensão social. [...] A parcela estrangeira da população representou mais da metade do crescimento demográfico [...], indicando até mesmo um potencial forte de europeização no meio urbano, visto que compunha a maior parte da força de trabalho empregada na indústria, nas ocupações que exigiam certo grau de especialização e no setor de serviços, passando a influenciar hábitos e costumes²⁶.

Pode-se ponderar também que a superprodução da safra paulista de café, ocorrida entre os anos de 1906 e 1907, colaborou com o deslocamento da população do interior para a cidade. A demasiada produção extrapolou a demanda mundial no consumo do produto, inviabilizando a criação de novos cafezais, e em decorrência dispensou-se um bom número

25 Idem, *ibidem*, 1909.

26 PEREIRA, R. M. *Washington Luís na administração de São Paulo...op. cit.*, p.132.

dos trabalhadores contribuindo sobremaneira com a oferta de mão de obra. Além de a capital ser considerada, como um forte polo de atração de mão de obra, em decorrência da oferta diversificada de trabalho pelo desenvolvimento da área industrial²⁷. Entre os anos de 1900 e 1915, expandiu-se consideravelmente o número de cotonifícios, moinhos de farinha de trigo, fábricas de chapéus, calçados, marcenarias e cerâmicas.

Segundo os dados constantes nos *Annuarios do Ensino* existiam 6.537 alunos matriculados nas 85 escolas subsidiadas italianas no ano de 1908. Esses dados ainda excluem as crianças menores de 6 anos que frequentavam as aulas acompanhando seus irmãos mais velhos. Pôde-se notar também, na análise dos quadros estatísticos, que o número de meninos era o dobro do número de meninas matriculadas. Apesar de muitos deles permanecerem o tempo mínimo na escola, porque entravam no mercado no trabalho, “[...] em 1912, 60% dos trabalhadores da indústria têxtil de São Paulo eram italianos (aos quais é preciso acrescentar muitos dos seus filhos, nascidos brasileiros entre 1888 e 1901, que também eram muitos nos mesmos estabelecimentos. Entrava-se na fábrica já aos sete, oito anos).²⁸”

É interessante verificar a localização das escolas, nos bairros operários nos arredores da região central, como o Bom Retiro, Brás e Vila Mariana, esses bairros “foram surgindo no entorno de áreas alagadas e insalubres próximas às fábricas” e, algumas das vezes, eram cercados pelas linhas férreas²⁹. Outros bairros também fizeram parte deste grupo como o Pari, a Barra Funda, o Bexiga e o Cambuci. A população italiana predominante nos bairros da cidade era no Bexiga os provenientes da Calábria, no Bom Retiro os do Vêneto e no Brás os napolitanos³⁰. Esse mesmo autor descreveu o grande número de imigrantes que assumiram a função de engraxates e, outros tantos que trabalhavam com o comércio ambulante. E ainda,

[...] se transportarmos tudo isso para o âmbito mais específico do ambiente operário, podemos entender melhor o peso dos imigrantes italianos na caracterização dos bairros paulistanos como

27 Idem, ibidem.

28 BIONDI, L. “Imigração italiana e movimento operário em São Paulo...*op. cit.*, p. 26.

29 PEREIRA, R. M. *Washington Luís na administração de São Paulo...op. cit.*, p.21.

30 TRENTO, A. “Brasile”. In: BEVILACQUA, P., DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. *Storia dell’emigrazione italiana:arrivi*. Vol. 2. Roma: Donzelli, 2002, p. 3 - 23.

muitas “pequenas Itálias”, visto que, dependendo dos setores industriais, os trabalhadores italianos oscilavam entre 60% e 90% do total de empregados. Em resumo, bairro italiano em São Paulo era sinônimo de bairro popular e operário³¹

Mas, para adiante desses bairros existiam escolas italianas na região da Consolação, da rua de Santa Efigênia, da rua São Caetano, na Vila Buarque e na Ponte Grande (localidade próxima a ponte do rio Tietê que seguia em direção a Santana). Todas esses locais citados acima constam do *Mappa do Ensino primario privado do Município de São Paulo*, o qual relacionou as escolas subsidiadas pertencentes a Federação das Escolas Italianas de São Paulo³².

Na descrição abaixo, identifica-se como foram formados os bairros operários da capital.

De um lado do centro velho da capital, para além do vale do Anhangabaú, formaram-se os bairros residenciais finos, e de outro lado, nas baixadas úmidas e pantanosas próximas às várzeas do Rio Tamanduaté e ao pé da colina central, constituíram-se os primeiros bairros operários. Por essas áreas, passavam as estradas de ferro para permitir o deslocamento dos produtos. Os baixos preços dos terrenos atraíram fábricas e outros empreendimentos industriais ao longo das décadas de 1880 e 1890. Os cortiços consistiam na única alternativa de moradia proletária por sua localização próxima do serviço, geralmente em áreas sujeitas a alagamentos, onde os preços dos aluguéis eram mais baixos³³.

O problema social que perpassava essa população atingia-os pela extrema falta de higiene e, conseqüente, inexistência de saneamento básico, de modo a colaborar com a disseminação de epidemias e outras doenças. O ponto que mais afligia a ordem estabelecida da cidade, em processo de urbanização, era o perigo da contaminação da cidade, a partir dessa população. As enchentes nas várzeas dos rios propiciavam o contágio de doenças, fato que contribuía para as críticas aos moradores dessa região³⁴. Entretanto, apesar da existência de

31 BIONDI, L. “Imigração italiana e movimento operário em São Paulo...*op. cit.*, p. 26.

32 SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*..*op. cit.*,1907, p. 378.

33 PEREIRA, R. M. *Washington Luís na administração de São Paulo*...*op. cit.*, p. 135.

34 Idem, *Ibidem*.

questões de saneamento básico, coexistiam, neste íterim trabalhadores imigrantes, que executavam serviços em prol da limpeza pública. Esse era o caso dos trabalhadores que retiravam a areia das margens do rio Tietê:

[...] trabalho típico de italianos consistia em tirar areia das margens do Tietê, lá pelas bandas da atual Ponte Grande. Os *renaioli* eram quase todos toscanos, de Viareggio, e suas casinhas brancas alinhavam-se ao longo do rio. Cada um deles possuía um barco e um curioso instrumento formado por uma caixa fixada na extremidade de uma longa vara. Percorriam lentamente as margens do rio até achar um banco de areia para depois iniciarem seu trabalho de drenagem manual³⁵.

A associação dos coletores de areia do rio Tietê, era destinado a abastecer o setor da construção civil. Os *renaioli* tinham seus próprios meios de produção, e criaram uma cooperativa para defender seus interesses, perante o município e os impostos por ele cobrados³⁶. Existiam muitos meninos que trabalhavam com os adultos na extração de areia, e conseqüentemente não poderiam frequentar a escola subsidiada italiana ou as escolas públicas paulistanas que funcionavam no período diurno.

O ensino da Língua portuguesa

Não se pode afirmar que as todas as escolas subsidiadas italianas ensinavam seus alunos no idioma local dos professores, em língua italiana ou em língua portuguesa. Presume-se que os idiomas locais estavam sendo suprimidos a cada dia, porque o subsídio do Governo Italiano a essas escolas – como já foi descrito anteriormente - estava vinculado a necessidade de se ensinar no idioma italiano.

Sendo assim, o ensino e a conseqüente aprendizagem da língua portuguesa decorriam de questões básicas de convívio, da necessidade do diálogo para a aquisição e comércio de bens e produtos. O foco para o governo italiano era o da difusão da língua, de

35 CENNI, F. *Italianos no Brasil: andiamo in' Merica*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 280.

36 BIONDI, L. "Imigração italiana e movimento operário em São Paulo...*op. cit.*

um país que havia a pouco se unificado e ainda manter o amor e os sentimentos saudosos da antiga pátria.

Mas, segundo os relatórios dos inspetores escolares, existentes nos *Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo*, quando visitavam as escolas italianas na cidade de São Paulo, pregavam o necessário aprendizado da língua portuguesa como uma forma de tornar as crianças cidadãos brasileiros.

Segundo o texto de um dos inspetores escolares no *Annuario do Ensino* de 1907 a Lei da obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa ainda não estava regulamentada, impedindo a ação pontual dos inspetores. Deste modo, o inspetor escolar Leonidas de Toledo Ramos defendia a necessidade de se regulamentar essa Lei o mais breve possível, para garantir a implantação do ideal de nacionalização, porque nestas condições as quais esses estabelecimentos se encontravam: “o inspetor escolar só pôde averiguar si nessas escolas é ou não feito tal ensino. É claro que isso é insuficiente, o inspetor precisa conhecer si essas escolas estão nacionalizadas”. Apenas uma escola italiana da capital, havia recebido até então, alguns elogios do inspetor escolar por estar ensinando a língua portuguesa “conforme o programa vigente”.

Após uma inspeção feita no Instituto pelo inspetor escolar Leonidas de Toledo Ramos, ele reconheceu que o ensino da língua portuguesa era ensinado no Instituto, conforme o programa vigente no Estado de S. Paulo, o Governo concedeu ao Instituto *Dante Alighieri* um subsídio, deixando ao mesmo tempo ao prof. Basile um atestado oficial³⁷

Outro inspetor escolar, no *Annuario de Ensino*, teceu comentários similares aos já descritos por seu colega. Ele reiterou a periculosidade destas escolas italianas, porque ensinavam as crianças a amar outro país, e acusou que o baixo número de inspetores escolares, para efetuarem a fiscalização, era um dos motivos da perpetuação desta situação. O recurso encontrado por ele era de que o governo do Estado fizesse a doação de materiais para o ensino, como livros de História e de Geografia do Brasil, e deste modo, instituísse que essas escolas

37 FANFULLA. *Il Brasile e gli italiani...op. cit.*, p. 805, tradução nossa.

tivessem um professor brasileiro para o ensino de Língua Pátria, de História e Geografia do Brasil. Esse inspetor ainda cogitava a possibilidade de o governo encerrar as atividades das escolas italianas de ensino primário, que não cumprissem com essas determinações.

Só na Capital funcionam presentemente cerca de cem estabelecimentos dessa natureza, com matrícula superior a seis mil crianças. Resta saber si taes estabelecimentos, em que o portuguez não é língua official, podem offerecer ao Estado reaes vantagens como auxiliares do Governo na ministração do ensino³⁸

Sendo assim, o ensino correto da língua portuguesa era primordial nas escolas primárias públicas ou privadas. Pois, esse ensino contribuiria para a formação do cidadão brasileiro.

Considerações Finais

As crianças que viveram nos bairros operários da cidade de São Paulo, eram em sua maioria, alunas das escolas elementares italianas subsidiadas ou das escolas públicas. Somente no bairro operário do Brás, que contava com grande concentração de imigrantes peninsulares, existiam três *Grupos Escolares*, possivelmente para contrapor o grande número de escolas subsidiadas italianas nessa localidade.

As crianças que frequentaram essas escolas subsidiadas não tiveram uma frequência exemplar nas aulas, pela necessidade de ajudarem suas famílias nas tarefas diárias e, em alguns casos dependendo da idade, fazendo parte do mercado de trabalho. Nesse sentido, a aprendizagem da língua portuguesa existia oficialmente em todos os tipos de escolas primárias, mas nas escolas subsidiadas italianas não se pode afirmar que o aprendizado dessa matéria fosse concreto. Não se tem notícia de professores brasileiros que lecionaram nessas escolas no período estudado.

38 SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo...op. cit.*,p.43.

Pode-se supor que o ensino da língua portuguesa não tenha se concretizado na maioria das escolas de peninsulares, em contrapartida também não se pode crer que o ensino da língua italiana oficial tenha se sedimentado, quando os professores e os alunos tinham domínio de um determinado idioma regional. Sendo assim, pode-se afirmar que o ensino de um idioma ou de outro existiu, simultaneamente, apesar de extremamente fragmentado.

REVISTA ANGELUS NOVUS